

DIAGNÓSTICO DE RISCO DOS IMÓVEIS TOMBADOS EM BAURU/ SP/ BRASIL

Sérgio Ricardo Losnak

Departamento de Arquitetura, FAAC da Universidade Estadual Paulista de Bauru
sergiolosnak@gmail.com

Camila Santos Doubek Lopes

Departamento de Geociências, CCE da Universidade Estadual de Londrina
uel.camila@gmail.com

RESUMO

No Brasil, as políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural estão relacionadas aos mecanismos de tombamento. No caso da cidade de Bauru/SP, o tombamento está associado a ações do poder executivo e do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural (CODEPAC). Foi observado empiricamente que essas ações não atingem os objetivos de preservação cultural, arquitetônica e histórica. Assim, este estudo diagnosticou a existência de risco da integridade física que venha ocasionar a descaracterização do bem tombado, bem como, os riscos provocados pelas resignificações e usos desassociados daqueles relativos aos da sua origem. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica exploratória e documental descritiva, bem como, visita técnica aos bens tombados que evidenciou a ocupação de 74% dos bens e sua relação com os riscos. Concluiu-se que: (i) o tombamento, quando cerceado de outros mecanismos proporciona riscos a integridade física do bem e a paisagem urbana; (ii) a ocupação dos imóveis não está associada à sua conservação e a minização dos riscos (iii) novos sentidos simbólicos atribuídos ao patrimônio ameaçam a identidade local.

Palavras-chave: riscos, vulnerabilidade, tombamento, patrimônio cultural, Bauru/SP.

Introdução

No Brasil, a política de preservação do patrimônio cultural é aplicada pelos poderes públicos, união, estados e municípios, que possuem legislações e metodologias específicas e seguem as orientações da Constituição Federal e parcialmente das convenções internacionais, sendo o mecanismo de tombamento o principal recurso utilizado (BRASIL, 2014). No município de Bauru/SP, o tombamento se dá por ações do poder público municipal em conjunto com a sociedade civil, por meio do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural - CODEPAC.

Em virtude da ausência de um diagnóstico preciso quanto à situação atual dos imóveis tombados, este trabalho propõe discorrer sobre a efetividade da política de preservação do patrimônio cultural do município, por meio da elaboração de um diagnóstico sobre as formas de uso, conservação, preservação e riscos físicos e simbólicos dos bens imóveis tombados.

Quanto à metodologia, foi realizada pesquisa quali-quantitativa, bibliográfica exploratória e documental em Processos de Tombamentos, Atas e legislações pertinentes ao CODEPAC, além de visitas técnicas a cada um dos bens.

Um bem histórico é aquele que recebe uma titulação pública e tem associado a ele reconhecimento de identidade de determinado grupo humano. As mediações no campo simbólico formadas por afetos, lembranças e memórias, quando se efetivam garantem ao bem determinado nível de preservação (CLAVAL, 2007). Quanto à preservação, mais especificamente de bem material, busca-se a manutenção da sua integridade física e de suas características originais, ao mesmo tempo que se procura tornar o bem acessível às pessoas, colocando-o em uma dimensão pública e coletiva para se estabelecer as diferentes mediações inerentes ao sujeito e ao objeto (BRASIL, 2004).

Como consequência das forças hegemônicas do capital especulativo imobiliário somado à ineficiência do Estado no cumprimento das legislações que disciplinam o crescimento da cidade, têm-se o constante aumento da população nas cidades brasileiras, juntamente com seu crescimento desordenado, gerando ameaças e riscos à integridade do patrimônio cultural.

Os diferentes riscos e ameaças que os bens culturais estão sujeitos não são exclusivamente associados aos fatores físicos da geografia do lugar mas também aos fatores socioculturais e econômicos (BRASIL, 2013). Para tanto a gestão de risco é imprescindível e envolve diferentes áreas do conhecimento e de campo de atuação profissional, a sinaliza como proteger de fato os bens de relevância para a humanidade e manter estes espaços de reafirmação identitária de modo a assegurar o direito à memória cultural (ZANIRATO, 2010).

A cidade de Bauru

Bauru teve sua formação inicial no período de desbravamento do interior do Estado de São Paulo. Seu embrião urbano nutria e garantia segurança para as ocupações de terras rumo ao oeste do estado por volta da segunda metade do século XIX. Em terras dos índios Kaingangues, o arraial árido, mais tarde conhecido como a Capital da Terra Branca, se transformou em município em 1896 (BAURU, 1997).

Como frente e suporte para ocupação do oeste, Bauru se tornou “chão de passagem” (SANT`AGOSTINHO, 1995), principalmente pela construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil - EFNOB (1905), que parte de Bauru e chega até a cidade de Corumbá, Estado do Mato Grosso Sul, divisa territorial com a Bolívia. Como também pela chegada dos trilhos de mais duas ferrovias que ligava a cidade ao Porto de Santos, a Estrada de Ferro Sorocabana (1904) e Estrada de Ferro da Companhia Paulista (1911), (SILVA, 1957). A cidade de Bauru abriga edificações expressivas com estilos variados como eclético *art deco*, modernas e contemporâneas, tombadas ou em estudo de tombamento pelo CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - e CODEPAC.

O CODEPAC

Criado pela Lei Municipal nº 3.486, de 24 de agosto de 1992, com característica consultiva o CODEPAC é composto por 7 representantes da sociedade civil e 4 membros do executivo e tem a função de indicar e elaborar argumentação documental para tombamento que é efetivado por Decreto Municipal por parte do líder do executivo, que tem a prerrogativa de incluir e ou suprimir as proposições (CODEPAC, 2014).

A pesquisa - metodologia e resultados

A pesquisa se baseou na observação dos 35 imóveis tombados no município, comparando o estado atual com aquele registrado nos relatórios e fotografias presentes nos Processos de Tombamento, que datam de suas aberturas. Foi possível identificar o nível de ocupação, conservação e descaracterização externa de cada um dos bens (Tabela I) e apontar os riscos associados à materialidade e aos sentidos simbólicos relacionados à identidade da cidade (Tabela II).

Uso e abandono

Dos 35 imóveis estudados, 26 (74%) apresentam ocupação total de suas dependências, outros 3 (9%) possuem ocupação parcial e os outros 6 (17%) estão totalmente desocupados. Considerando o uso dos imóveis ocupados (26), constatou-se que a maioria, 23 (88%) desempenham a função

para a qual foram projetados e 3 (12%) abrigam outras funções de uso. Quanto ao estado de conservação dos imóveis, se apurou que 13 (37%) se encontram bem conservados, 9 (26%) em estado regular e 13 (37%) não apresentam algum tipo de conservação, comprometendo a preservação de suas características originais.

Quanto aos indícios de alterações das características originais dos imóveis, 19 (54%) não apresentam sinais significativos de descaracterização, porém os outros 16 (46%) apresentam intensas alterações. Outro resultado relevante aponta que, 66,7% dos bens parcialmente ou totalmente desocupados se referem às Estações Ferroviárias.

TABELA I - SITUAÇÃO DO BEM TOMBADO				
BENS TOMBADOS EM USO				
Bem	Uso atual	Conservação	Descaracterização	Riscos
Hotel Cariani	Hotel	Bom	Ausente	1;2;3;5;6
Hotel Estoril	Hotel	Ruim	Parcial	1;2;3;5;6
Casa Comercial - Sobrado do Calçadão	Comércio	Bom	Ausente	1;2;3;6
Antigo Palacete Pagani	Comércio	Bom	Ausente	1;2;3;6
Antigo Grupo Escolar Ernesto Monte	Comércio	Ruim	Parcial	1;2;3;5;6
Antiga Casa Savastano	Comércio	Ruim	Parcial	1;2;3;5;6
Antiga Farmácia Popular	Comércio	Regular	Ausente	1;2;3;6
Antiga Casa Lusitana	Comércio	Regular	Parcial	1;2;3;6
Edifício Brasil-Portugal	Moradia	Regular	Ausente	1;2;3;5;6
Edifício Abelha	Moradia	Bom	Ausente	1;2;3;6
Sede da Fazenda Divisa	Moradia	Regular	Ausente	1;2;3;6
Sede da Fazenda Val de Palmas	Moradia	Regular	Parcial	1;2;3;6
Igreja Santa Teresinha	Igreja	Regular	Ausente	1;2;3;6
Igreja Presbiteriana Independente	Igreja	Regular	Parcial	1;2;3;6
Capela da Santa Casa De Misericórdia	Igreja	Bom	Ausente	1;2;3;6
Igreja Tenrikyo	Igreja	Bom	Ausente	1;2;3;6
Antiga Casa do Superintendente da NOB	Escritório	Bom	Parcial	1;2;3;5;6
Antiga PRG-8 (atual TV TEM)	Escritório	Bom	Ausente	1;2;3;6
Casa Aliança Francesa	Escritório	Bom	Parcial	1;2;3;5;6
Portal de entrada do Cemitério da Saudade	Escritório	Regular	Ausente	1;3;6
Aeroclube de Bauru	Escritório e hangares	Ruim	Parcial	1;2;3;6
Fachada da Beneficência Portuguesa	Hospital	Bom	Parcial	1;2;3;6
Automóvel Clube de Bauru - Público	Sede da Orquestra	Bom	Ausente	1;2;3;6
Grupo Escolar Rodrigues de Abreu	Escola particular	Bom	Parcial	1;2;3;5;6
Palácio das Cerejeiras - Público	Prefeitura Municipal	Regular	Parcial	1;2;3;6
Quartel Militar - Público	Polícia Militar	Bom	Ausente	1;2;3;6
BENS TOMBADOS PARCIALMENTE EM USO				
Estação Val de Palmas	Desocupado/Invadido	Ruim	Parcial	1;2;3;5;6
Sede INSS	Desocupado/ Escritório	Ruim	Ausente	1;2;3;6
Est. da Cía Paulista de Estrada de Ferro	Desocupado/ Em obra	Ruim	Ausente	1;2;3;5;6
BENS TOMBADOS SEM USO				
Casas Geminadas do começo do Séc. XX.	Desocupado	Ruim	Parcial/critico	1;2;4;5;6
Antigo Hotel Milaneze	Desocupado	Ruim	Ausente	1;2;4;5;6
Estação Central da EFNOB	Desocupado	Ruim	Ausente	1;2;4;5;6
Estação de Tibiriçá	Desocupado	Ruim	Parcial	1;2;4;5;6
Estação Sorocabana	Desocupado	Ruim	Ausente	1;2;4;6
Estação Curuçá	Desocupado	Ruim	Parcial/critico	1;2;4;5;6

Riscos

A visita técnica realizada a cada um dos bens proporcionou, por meio da observação, identificar fatores que ofereçam algum tipo de risco à preservação do bem.

A possibilidade de risco de incêndio é comum a todos os imóveis, porém com graus distintos. O transporte de combustível por trem que ocorre as margens dos diversos prédios históricos é um dos fatores de maior risco.

O trafego de veiculo que impacta no bem tombado pode ser dividido em 3 níveis. O primeiro é aquele em que o bem se localiza em rua simples com pouco fluxo e à predominância de veículos leves, o segundo nível é aquele em ruas e avenidas com rotas de ônibus urbano e o último esta associado a proximidade da linha férrea, que em virtude de suas condições precárias apresenta um alto índice de descarrilamento de composições ferroviárias.

A contradição existente entre os riscos, do abandono e do uso, se dá a partir da constatação de que simplesmente o uso de um bem tombado não garante sua preservação. As alterações mais comuns encontradas foram relativas às esquadrias, pintura, volumetria e área envoltória. Já o estado de abandono, ou a ausência formal de uso, provoca uma degradação natural intensificada e grande incidência ocupações irregulares permanentes ou temporária que aumentam em alto grau o risco de alterações e depredações do bem.

Os fatores relacionados ao comprometimento estrutural do bem, são todos aqueles que de alguma forma interferem em suas características originais. Os fatores relacionados a força da natureza, tendo em vista a geografia da região estão relacionados as intempéries. Um dos imóveis esta localizado em área de inundação, agravando sua situação de risco estrutural.

A gestão do patrimônio cultural está associado às políticas publicas estabelecidas nas três instancias do Estado, mas é no município que de fato a preservação se efetiva. Assim, cabe a ele a implantação de políticas publicas relacionas à outros dispositivos de planejamento da cidade, com envolvimento da sociedade civil e da pratica sistêmica de educação patrimonial aos diferentes públicos que formam a cidade (CHAUI, 2006).

TABELA 1 - SITUAÇÃO DE RISCO			
RISCOS	NÍVEL	CAUSAS	CONSEQUENCIA
Comprometimento da edificação	1	Falta de conservação dos bens Intervenções inadequadas Uso de materiais diferentes aos originais Alteração na volumetria Alterações das esquadrias Vibrações causadas pelo tráfego de veiculos e trens Ataques de insetos (cupim, broca, pomba) Desgaste natural pela intempérie	Perda total ou parcial do bem Perda das características originais do bem Perda da ambiência e transformação do entorno Perda de referências culturais
Incêndio	2	Conservação inadequada das edificações Ausência de estrutura e plano de combate a incêndios Falta de conservação da rede elétrica Ausência de vistorias e acompanhamento do estado do bem Transporte de combustíveis por trens Manobras e estacionamento de vagões de combustíveis. Acumulo de materiais e resíduos que possam propagar fogo Ocupação irregular	Risco de vidas Perda total ou parcial do bem Perda das características originais do bem
Uso	3	Alterações, ampliações e adaptações estruturais Falta de manutenção permanente Acumulo de resíduos e lixo Desconhecimento das referências historicas do bem Desconhecimento das normas, regulamentações e políticas de uso de bem tombado	Comprometimento em virtude da ausência de consciência sobre a relevância do bem Perda de referências culturais Construção de imagem negativa da gestão local do patrimônio
Abandono	4	Desconhecimento da possibilidade de adaptação do bem para outros usos Custo elevado da restauração Falta de política de estímulo a ocupação Desvalorização imobiliária	Ocupação irregular Degradação com ação do tempo Depredação
Trafego	5	Concentração do transporte coletivo por ônibus no centro da cidade Transporte de carga seca e combustíveis por trens	Vibrações que desagregam estruturas edificadas Poluição sonora Possibilidade de acidente e descarilamento
Gestão	6	Legislação e regulamentação ineficiente quanto aplicabilidade Ausência de Plano de gestão do patrimônio cultural Falta de fiscalização efetiva Ausência de educação patrimonial Ausência de inventário Ausência de plano de risco Inexistência da participação popular nos colegiados de gestão Conselhos de defesa do patrimônio consultivos Falta de procedimentos públicos que auxiliem proprietários quanto ao uso, conservação e restauração do bem.	Abandono Falta de apropriação, pertencimento e identificação simbólica do bem pela coletividade Alterações e modificações estruturais do bens por falta de desconhecimento e técnica adequada Desconstrução da identidade originária da cidade Atuação sem restrição da especulação imobiliária Conselho sujeito a interferência do poder público

Conclusões

Com base nos resultados alcançados, pode-se concluir que:

- A gestão do patrimônio tombado se mostra precária por não apresentar planejamento envolvendo ações que acompanhe sistematicamente cada um dos bens. A desocupação, ocupação e os riscos aqui apontados, requerem de início a realização de inventário e um Plano de Gestão de Risco, que possa ser aplicado pelo município de modo a garantir a identidade cultural da cidade.
- Outra situação que causa determinada vulnerabilidade à integridade do bem é a falta de uma estrutura técnica específica que dê sustentação às ações do conselho. Torna-se necessário a formação de uma equipe multidisciplinar que realize sistematicamente estudos pertinentes aos bens e que possa estabelecer uma relação mais próxima com seus proprietários e usuários, oferecendo assessoria e formação no que se diz respeito à política de preservação do Município.
- Apesar da existência de regulamentações que tratam de importantes pontos que possam vir a garantir a salvaguarda do bem, na prática, a legislação não garante sua preservação. O método legal acaba provocando uma precarização da posse e do próprio bem. O ato de tombamento se mostra insuficiente, criando uma dicotomia entre a preservação por ato oficial e a preservação de fato.

Referências Bibliográficas

- BAURU, Prefeitura Municipal de. **Edição Histórica 81º anos**. Bauru: Focus, 1997.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. **Programa para a gestão de riscos ao patrimônio Musealizado Brasileiro**. Rio de Janeiro: IBRAM, 2013.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. , **Tombamento**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montar/PaginaSecao.do?id=17738&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>. Acesso em 13 de maio de 2014.
- CODEPAC. Disponível em: <http://hotsite.bauru.sp.gov.br/codepac/>. Acesso em 13 de maio de 2014.
- CHAUI, Marilena. **Cidadania cultural, O direito à cultura**. São Paulo: Fundação Percebe Abramo, 2006.
- CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.
- SANT`AGOSTINHO, Lúcia Helena F. **Bauru, Chão de passagem: entreposto de valores na rota Atlântico - Pacífico**. São Paulo: Dissertação de Mestrado da FAU USP, 1995.
- SILVA, Alcides. **Roteiro Histórico: uma cidade e uma instituição**. Bauru: Tipografia Comercial, 1957.
- ZANIRATO, Sílvia Helena. **Experiências de prevenção de riscos ao patrimônio cultural da humanidade**. Revista Ambiente & Sociedade, v. XIII, n. 1, jan-jun. Campinas: UNICAMP, 2010.